

TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO FOMENTO À PESQUISA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

UMA ANÁLISE A PARTIR DO CNPq (2000-2012)¹

ANA FERNANDES

RESUMO *Esta é uma abordagem inicial, de trabalho, que busca estabelecer alguns parâmetros para a compreensão da conjuntura e do processo de financiamento à pesquisa da área de Planejamento Urbano e Regional no Brasil, através da análise da ação do CNPq, no período recente. Adotamos, primeiro, como recorte a grande área de Ciências Sociais Aplicadas e Educação do CNPq, para construirmos uma referência para a análise do fomento à pesquisa na área de Planejamento Urbano e Regional, tanto pelo fato dessa área congregar majoritariamente as áreas de conhecimento com proximidade ao planejamento, quanto pela forma de agregação de dados adotada pelo CNPq para disponibilização de suas informações. Na segunda parte do texto, avaliamos especificamente os dados do comitê assessor de Ciências Aplicadas, o CA-SA, que contém a área de Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Demografia e Turismo. Ao final, fazemos um breve balanço e apontamos algumas linhas de ação para o futuro, uma vez que a articulação ao território do processo de formação acadêmica e de criação em ciência e tecnologia é um dos grandes desafios colocados ao Brasil hoje.*

PALAVRAS - CHAVE *CNPq, Pesquisa, Planejamento Urbano e Regional*

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O território brasileiro volta a ser fortemente problematizado nos anos 90 do século XX, tensionado e disputado por diferentes projetos econômicos, sociais, políticos e culturais. Pensar e propor alternativas para sua reconfiguração adquire importância e complexidade em diferentes instâncias, escalas e dimensões.

A área de Planejamento Urbano e Regional ganha nova expressão jurídica a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, quando os planos diretores se tornam obrigatórios para cidades com mais de vinte mil habitantes e são indicados como o instrumento através do qual se determina como a função social da propriedade pode ser exercida nas cidades².

A construção da institucionalidade dessa determinação constitucional aconteceu, no entanto, num primeiro momento, nos anos 1990, no bojo da reforma do Estado, cuja perspectiva neoliberal tendeu a expulsar do âmbito público as tarefas de concepção e desenvolvimento dos planos diretores, criando um amplo mercado de consultorias para a elaboração dos mesmos. Esse modo de fazer os

¹ Uma primeira versão do presente artigo foi apresentada ao V Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais da ANPUR, realizado pela ANPUR em 2010, em Florianópolis. Na presente versão, atualizamos os dados para 2012, incluímos as modificações feitas pelo próprio CNPq em seus dados e acrescentamos alguns dados de conjuntura. Também aqui, o caráter do texto é de trabalho, buscando estabelecer alguns parâmetros para a compreensão da conjuntura e do processo de financiamento à pesquisa da área de Planejamento Urbano e Regional no Brasil, no período recente.

² Artigo 182 da Constituição Federal de 1988, disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988>, acesso em 05 jan. 2010.

planos diretores, através de licitações, pode ser exemplarmente localizado na ação de financiamento do Banco Mundial concentrada em dois estados do Nordeste: Ceará (1995-2002), com 44 municípios envolvidos; e Bahia (1997-2004), com 97 municípios envolvidos³. Ancorados nos princípios do planejamento estratégico, essas iniciativas, entre outras, anteciparam a campanha nacional de elaboração de planos diretores que, felizmente com outras características, se sucederia nos anos 2000.

A aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, renovam a ênfase na questão do planejamento urbano via planos diretores, agora problematizado sob o ângulo da função social da cidade e do direito a ela, além da participação e do controle social sobre seus destinos. Institucionalmente, buscou-se agregar o processo de elaboração dos planos ao setor público municipal, evitando-se o divórcio entre quem produz o plano e quem o executa, característica marcante em diversas experiências do período anterior. O fato de, ao final de 2006, cerca de 1.500 municípios brasileiros terem se envolvido com atividades de elaboração de planos diretores⁴, mostra o alcance que conheceu tal iniciativa, mesmo se marcada por críticas aguerridas e diversos problemas – inclusive com repetições de situações do momento anterior.

Em termos do planejamento regional, processo similar pode ser observado: a Constituição de 1988 estabelece como um de seus objetivos a redução das desigualdades regionais⁵, e como competência da União a elaboração e a execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social⁶. Essa determinação foi enfrentada, na segunda metade dos anos 1990, com a elaboração da chamada política dos eixos (Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento), numa conjuntura de guerra fiscal ainda bastante acentuada e com fortes componentes globalizantes, estratégicos e basicamente logísticos⁷. Nos anos 2000, a questão da integração será trabalhada de forma mais complexa, no âmbito da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2003-2007), transformada em instrumento legal em 2007⁸, e nos trâmites para a elaboração de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (2003 em diante), inconclusa ainda atualmente.

Mesmo com todas as reduções e simplificações que um rápido apanhado como este significa, pode-se dizer que a questão do planejamento urbano e regional foi recolocada pela Constituição de 1988 e fortemente retomada a partir de 1997, ancorada em modelos políticos e sociais muito distintos. Já a partir de 2008, a retomada dos investimentos e do crescimento econômico no país – com a sucessão de Programas de Aceleração do Crescimento (PACs), todos de grande impacto territorial – e as características dessa conjuntura da acumulação reequacionam novamente a esfera do planejamento, agora curto-circuitada pela exuberância (e violência) de megaprojetos auto-planejados. Oriundos, em grande parte, de corporações privadas e públicas, esses projetos, em geral, apresentam pouca capacidade de articulação, seja entre esferas e níveis de governo, seja entre escalas, setores e segmentos sociais concernidos⁹. Para o ensino, a pesquisa e a proposição na área, os desafios colocados são enormes.

3 Disponível em <http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=8063>, acesso em 05 jan. 2011 e Trigo, 2008.

4 Disponível em <<http://www.cidades.gov.br>>, acesso em 05 jan. 2011.

5 Em vários de seus artigos. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988>>, acesso em 05 jan. 2011.

6 Artigo 21 da Constituição Federal de 1988. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988>>, acesso em 05 jan. 2011.

7 Profundamente discutida e analisada nos seminários e subsequente publicação, ambos promovidos pela ANPUR, sendo o livro organizado por Gonçalves, Brandão e Galvão (2003).

8 Decreto nº 6.047/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>, acesso em 05 jan. 2011.

9 Evidentemente, foge ao escopo deste texto aprofundar essa polêmica e instigante discussão.

A ANPUR E A ÁREA ACADÊMICA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Fundada por cinco programas de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional em 08/06/1983¹⁰, a ANPUR nasce, entre outros, com o objetivo de se de- frontar com a necessidade de articulação interinstitucional para “a criação de políticas comuns de atuação diante das necessidades de conhecimento e desenvolvimento dos assentamentos humanos no Brasil” (Grinover, 1999). Desde então, a Associação tem se dedicado a manter um vivo fórum de debates sobre as principais questões estruturais, conjunturais e emergentes relativas ao território e ao planejamento urbano e regional em suas diferentes escalas e temporalidades. Tradução desse processo pode ser vista tanto pela ampliada ação institucional da Associação, quanto pelo vigor dos seus encontros bianuais, que congregam crescente número de pesquisadores e profissionais, ou ainda pelo também crescente número de membros que a ela aderem. A ANPUR chega assim ao início de 2013 com 59 programas de pós-graduação e centros de pesquisa filiados ou associados, um crescimento de mais de 1.000% entre o momento de sua fundação e atualmente. Articulada a todo o processo de crescimento da pós-graduação no Brasil, a Associação está hoje presente em quatorze estados e no Distrito Federal (Quadro 01)¹¹, além de congregar diferentes áreas do conhecimento, o que acentua o seu caráter multidisciplinar, como, aliás, esperado nesse complexo campo de conhecimento e de proposição (Quadro 02). Cerca de 70% de seus membros são públicos em termos de sua natureza jurídica (Quadro 03).

A ANPUR tem colocado, como uma de suas principais diretrizes de atuação, a busca por fontes de financiamento que possam auxiliar na implementação da pesquisa na área. Assim, além de iniciativas e de participação continuada junto aos órgãos de fomento propriamente ditos, ações junto a órgãos federais têm sido tomadas, no sentido de dar maior relevo às questões territoriais, urbanas e urbanísticas na sua agenda de trabalho.

Quadro 01: Membros filiados e associados da ANPUR, por unidade da federação, 2013

ESTADO	Nº ABSOLUTO	%	REGIÃO	%
Amazonas	01	1,8	NORTE	3,6
Pará	01	1,8	NORTE	
Alagoas	01	1,8	NORDESTE	15,7
Bahia	06	10,3	NORDESTE	
Pernambuco	01	1,8	NORDESTE	
Rio Grande do Norte	02	1,8	NORDESTE	
Distrito Federal	03	5,2	CENTRO-OESTE	7,0
Goiás	01	1,8	CENTRO-OESTE	
Espírito Santo	01	1,8	SUDESTE	51,3
Minas Gerais	05	8,7	SUDESTE	
Rio de Janeiro	10	17,0	SUDESTE	
São Paulo	14	23,8	SUDESTE	
Paraná	03	5,2	SUL	22,4
Rio Grande do Sul	04	6,9	SUL	
Santa Catarina	06	10,3	SUL	
TOTAL	59	100,0		100,0

Fonte: <<http://www.anpur.org.br>>, acesso em 29 abril 2013.

¹⁰ Sediados na USP, UFRGS, UFPE, UFRJ e FUB (GRINOVER, 1999).

¹¹ Embora mais da metade de seus membros esteja ainda concentrada na região Sudeste.

Quadro 02: Membros filiados e associados da ANPUR, por áreas de conhecimento, 2013

ÁREAS	Nº ABSOLUTO	%
Planejamento Urbano e Regional/ Desenvolvimento Urbano/ Estudos Urbanos	20	33,9
Arquitetura e Urbanismo	13	22,0
Geografia	10	16,9
Sociologia	05	8,5
Administração/ Gestão Pública	04	6,8
Economia Urbana e Regional	03	5,1
Engenharia Urbana	01	1,7
Demografia	01	1,7
História	01	1,7
Direito	01	1,7
TOTAL	59	100,0

Fonte: <<http://www.anpur.org.br>>, acesso em 29 abril 2013.

Quadro 03: Membros filiados e associados da ANPUR, por natureza jurídica 2013

NATUREZA	Nº ABSOLUTO	%
Direito Público	41	69,5
Direito Privado	18	30,5
Confessionais	07	11,9
Privadas	10	16,9
ONG's	01	1,7
TOTAL	59	100,0

Fonte: <<http://www.anpur.org.br>>, acesso em 29 abril 2013.

Exemplar nesse sentido foi a articulação entre o Ministério das Cidades – em seu primeiro formato (2003-2005) – e a ANPUR, para discussão de uma Política Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Urbano. Concebida a partir de uma articulação entre as duas instituições e de uma proposição inicial elaborada pelo próprio Ministério em 2005 – que se ressentia da ausência de conhecimento empírico sobre diversos de seus campos de atuação – ela foi amplamente discutida entre os membros da ANPUR, com boas perspectivas para sua implementação. No entanto, as mudanças que se sucederam no Ministério, a partir de então, deixaram de lado essa possibilidade de uma política de pesquisa para se concentrarem em ações pontuais de extensão. Só mais recentemente alguns acenos para a pesquisa vêm sendo dados pelo Ministério das Cidades. Vale ressaltar que alguns Ministérios desenvolvem uma política sistemática de pesquisa em seu próprio âmbito, além das articulações com outros Ministérios, como o da Ciência e Tecnologia ou o da Educação. O Ministério da Saúde, por exemplo, em apenas um ano, multiplicou em dez vezes o seu financiamento para projetos de pesquisa, passando de R\$ 6,7 milhões – destinados a 151 projetos, em 2003 – para R\$ 60,2 milhões, destinados a 844 projetos, em 2004¹².

Mais recentemente, algumas iniciativas vêm sendo articuladas pela ANPUR no sentido de se construir um Programa de Ciência e Tecnologia para as Cidades – um CT-Cidades –, a exemplo de diversos outros fundos setoriais existentes no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia para o financiamento à pesquisa no Brasil¹³. A “conjuntura territorial” das políticas e programas governamentais, anteriormente mencionada, justificaria mais que plenamente a construção dessa linha de financiamento.

No entanto, surpreendentemente, o financiamento à área de planejamento urbano e regional no Brasil, embora cresça em termos absolutos, tem diminuído em termos relativos ao longo dos anos 2000, se tomamos como referência os recursos alocados à

12 Ministério da Saúde, 2006. Ver também, entre outros, Guimarães, Serruya e Diaféria (2008).

13 Existem atualmente 17 fundos setoriais: Audiovisual, CT-Aero, CT-Agro, CT-Amazônia, CT-Aquaviário, CT-Biotec, CT-Energ, CT-Espacial, CT-Hidro, CT-Info, CT-Infra, CT-Mineral, CT-Petro, CT-Saúde, CT-Transporte, Funttel, Verde-amarelo, além de ações transversais que buscam articulação entre vários deles. Disponível em <http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais>, acesso em 05 jan. 2011.

área pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência federal de fomento à pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

O CNPQ E O FINANCIAMENTO À PESQUISA NA GRANDE ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O CNPq vem conhecendo um período de expansão bastante fértil no período recente, tendo visto seus investimentos em bolsas e no fomento à pesquisa mais que triplicarem entre 2000 e 2012¹⁴.

Em termos de sua atuação, o CNPq se estrutura em três grandes ramos do conhecimento¹⁵ – Humanidades, que congregam Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, além de Linguística, Letras e Artes; Ciências da Vida, que agregam Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde; e Ciências da Natureza, que correspondem às Ciências Exatas e da Terra e Engenharias –, cada uma delas estruturada em diversas coordenações e comitês assessores. A menor delas é a de Humanidades, que congrega duas coordenações e dez comitês assessores, compostos por um total de 57 membros titulares¹⁶.

A área de Planejamento Urbano e Regional integra a grande área de Ciências Sociais Aplicadas e Educação, ao lado das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Administração, Economia, Demografia, Direito e Geografia, todas com programas de pós-graduação e centros de pesquisa filiados ou associados à ANPUR. Ainda como membros associados ou filiados, na grande área de Ciências Humanas, estão as áreas de História e Sociologia e, nas Engenharias, dois de seus programas de pós-graduação são membros da ANPUR. As áreas compreendidas na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e Educação congregam cerca de 70% dos membros da ANPUR, indicando, como já mencionado, que a área de Planejamento Urbano e Regional é constitutivamente multidisciplinar (quadro 04).

14 Esses investimentos passam de R\$ 494 milhões para R\$ 1 bilhão e 800 mil, entre 2000 e 2012, um crescimento de 3,6 vezes no período.

15 Adotamos aqui a classificação em ramos do conhecimento do CNPq, classificação que também é utilizada para a organização da série de estatísticas disponibilizadas pela agência.

16 A área de Ciências da Vida congrega seis coordenações e vinte e três comitês assessores compostos por um total de 98 membros titulares, e a área de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias congrega também seis coordenações e quinze comitês assessores compostos por um total de 83 membros titulares. Disponível em <<http://www.cnpq.br/cas/cas.htm>>, acesso em 05 jan. 2011.

Quadro 04: Membros da ANPUR, em relação aos Comitês de Assessoramento do CNPq, 2013

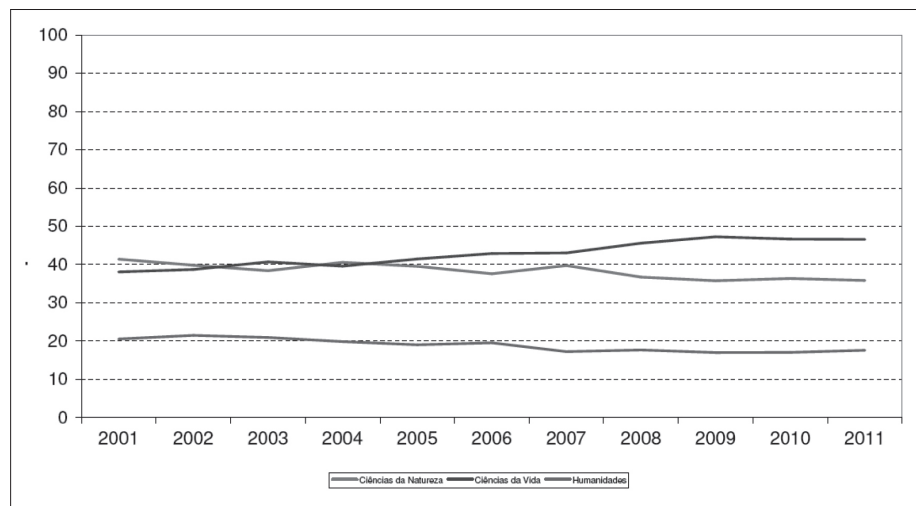
ÁREAS	Nº ABSOLUTO	%	MEMBROS DA ANPUR EM RELAÇÃO AOS COMITÊS DO CNPq
Planejamento Urbano e Regional/ Desenvolvimento Urbano/ Estudos Urbanos	20	33,9	69,8% dos membros da ANPUR estão inseridos na grande área de Ciências Sociais Aplicadas (SOC)
Arquitetura e Urbanismo	13	22,0	
Geografia	10	16,9	
Administração/ Gestão Pública	04	6,8	
Economia Urbana e Regional	03	5,1	
Demografia	01	1,7	
Direito	01	1,7	
Sociologia	05	8,5	26,4% estão inseridos na grande área de Ciências Humanas (HUM)
História	01	1,7	
Engenharia Urbana	01	1,7	3,8% estão inseridos na grande área das Engenharias (ENG)
TOTAL	53	100,0	

Fonte: <<http://www.anpur.org.br>> e <<http://www.cnpq.br/cas/cas.htm>>, acesso em 26 abril 2013

Utilizaremos, inicialmente, esse recorte – o da grande área de Ciências Sociais Aplicadas e Educação – para construirmos uma referência para a análise do fomento à pesquisa na área de Planejamento Urbano e Regional, tanto pelo fato dessa área congregar majoritariamente as áreas de conhecimento com proximidade ao planejamento, quanto pela forma de agregação de dados adotada pelo CNPq para disponibilização de suas informações.

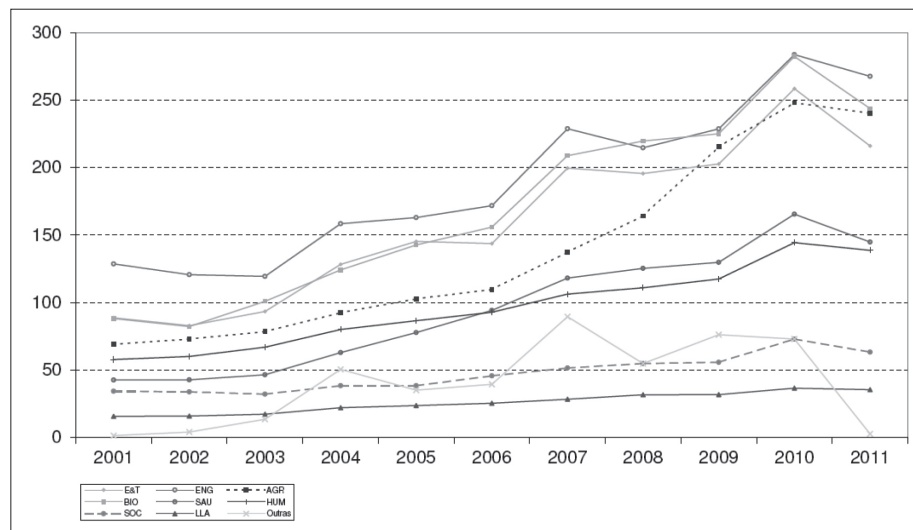
Em termos gerais, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas acompanhou, sem dúvida, a expansão do financiamento à pesquisa conhecida pelo CNPq entre 2000 e 2012, passando de R\$ 28,5 milhões para cerca de R\$ 97 milhões ao longo do período. Ou seja, a área conheceu um ritmo de crescimento bastante próximo ao financiamento da agência à pesquisa como um todo. A área de Humanidades, em relação às outras grandes áreas – Ciências da Vida e Ciências da Natureza –, se situa num patamar de menos de 20 por cento do total dos financiamentos, apresentando uma certa estabilidade depois de uma queda em 2007. Além disso, no período considerado, a área de Ciências Sociais Aplicadas (SOC) é a segunda menor área de conhecimento em termos de investimentos, com curva acima apenas da área de Linguística, Letras e Artes (LLA). Como um todo, o ramo de Humanidades, entre 2000 e 2012, embora conheça expansão significativa dos investimentos (205%), cresce bem abaixo dos outros dois ramos do conhecimento. Ciências da natureza cresce 260% e ciências da vida, 304%. A grande área de sociais aplicadas apresenta um reforço no crescimento de seus investimentos frente às outras áreas entre 2009 e 2012, além de ter sido aquela que mais cresceu no período entre as grandes áreas que compõem o ramo das humanidades (ver gráficos 01 e 02 e quadros 05 e 06).

Gráfico 01: Distribuição Percentual dos Investimentos do CNPq em Bolsas e em Fomento à Pesquisa, segundo os Grandes Ramos da Ciência 2001-2011



Fonte: <<http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas>>, acesso em 26 abril 2013

Gráfico 02: Distribuição dos Investimentos do CNPq em Bolsas e em Fomento à Pesquisa, segundo as Grandes Áreas de Conhecimento, 2001- 2011, em R\$ milhões



Fonte: <<http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 05: Distribuição dos Investimentos do CNPq em Bolsas e Fomento à Pesquisa, segundo Grandes Áreas e Áreas do Conhecimento, 2000-2012

GRANDE ÁREA 2000	INVESTIMENTOS (em R\$ mil correntes)				
	2003	2006	2009	2012	
CIÊNCIAS DA NATUREZA	176.583	212.749	315.507	431.277	636.007
CIÊNCIAS DA VIDA	172.281	225.690	359.634	570.107	695.772
HUMANIDADES	92.796	116.051	163.825	204.730	282.845
Ciências Humanas HUM	50.042	66.818	92.791	117.389	146.064
Soc. Aplicadas SOC*	28.494	32.052	45.687	55.630	96.874
Ling, Letras e Artes LLA	14.260	17.181	25.347	31.710	39.907
MULTID./OUTRA/NÃO INF.	-	31.579	50.171	94.720	SI
SOMA	441.660	586.069	889.136	1.300.834	-
OUTROS INVESTIMENTOS	52.374	65.121	14.279	5.493	SI
CONJUNTO DE ÁREAS	494.034	651.190	903.415	1.306.328	1.614.624

*conforme nota 19, o SOC se divide em 04 comitês de trabalho: o CA-AE, que congrega as áreas de Administração, Contabilidade, e Economia; o CA-CS, que reúne Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia; o CA-ED, voltado à Educação e, por fim, as áreas de Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Demografia e Turismo são abarcadas pelo CA-SA.

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 06: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Bolsas e Fomento à Pesquisa, segundo Grandes Áreas e Áreas do Conhecimento, 2000-2012

GRANDE ÁREA 2000-03	CRESCIMENTO (em %)				
	2003-06	2006-09	2009-12	2000-12	
CIÊNCIAS DA NATUREZA	20	48	37	48	260
CIÊNCIAS DA VIDA	31	59	59	22	304
HUMANIDADES	25	41	25	38	205
Ciências Humanas HUM	34	39	27	24	192
Soc. Aplicadas SOC	12	43	22	74	240
Ling, Letras e Artes LLA	20	48	25	26	180
MULTID./OUTRA/NÃO INF.	-	59	89	-	SI
SOMA	33	52	46	24	-
OUTROS INVESTIMENTOS	24	-78	-62	-	SI
CONJUNTO DE ÁREAS	32	39	45	24	239

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 07: Participação nos Investimentos do CNPq em Bolsas e Fomento à Pesquisa das Grandes Áreas e Áreas do Conhecimento, 2000-2012

GRANDE ÁREA 2000	PARTICIPAÇÃO (em %)				
	2003	2006	2009	2012	
CIÊNCIAS DA NATUREZA	40	36	35	33	39
CIÊNCIAS DA VIDA	39	39	40	44	43
HUMANIDADES	21	20	18	16	18
Ciências Humanas HUM	11	11	10	9	9
Soc. Aplicadas SOC	6	5	5	4	6
Ling, Letras e Artes LLA	3	3	3	3	3
MULTID./OUTRA/NÃO INF.	-	5	6	7	SI
CONJUNTO DE ÁREAS	100	100	100	100	100

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

17 O programa Ciência sem Fronteiras, criado em julho de 2011, segundo seus formuladores, "é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional". Tem como objetivo oferecer 101 mil bolsas de estudo em universidades do exterior para áreas consideradas estratégicas. O programa não contempla as humanidades. Ver <<http://www.ciencia-sem-fronteiras.gov.br>>, acesso em 26 abril 2013

Ou seja, cai em cerca de 15% a participação da grande área de Humanidades na matriz de distribuição de financiamentos do CNPq, entre 2000 e 2012, passando de 21% para 18%. Já a participação da subárea de Ciências Sociais Aplicadas (SOC), após ter diminuído 33% entre 2000 e 2009, quando passa de 6% para 4%, volta ao mesmo patamar anterior dos 6% em 2012 (quadro 07).

Com relação à distribuição desses investimentos, duas são as grandes formas de concessão de apoio: as bolsas, no país e no exterior, e o apoio à pesquisa. O crescimento da grande área de Ciências Sociais Aplicadas em termos de investimentos em bolsas no país e em fomento à pesquisa é superior à média do conjunto de áreas. Já em termos de bolsas no exterior, tanto ela quanto o ramo das Humanidades ficam muito abaixo do crescimento médio do conjunto de áreas, sem dúvida devido às opções do Programa Ciência Sem Fronteiras¹⁷. A participação relativa do ramo de Humanidades no total dos investimentos do CNPq cai significativamente em termos de bolsas no exterior, reduzindo-se à metade, proporção que, no caso das Sociais Aplicadas, reduz-

se a um quarto. Em termos de fomento à pesquisa, o ramo de Humanidades aumenta ligeiramente sua participação na matriz de investimentos, mantendo-se praticamente estável, no período, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas (quadros 08 e 09).

Quadro 08: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Bolsas e Fomento à Pesquisa na Grande Área de Humanidades e na Área de Ciências Sociais Aplicadas, 2000-2012

GRANDE ÁREA DE HUMANIDADES E ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CRESCIMENTO (em %)		
	2000-2012		
	Bolsas no País	Bolsas no exterior	Fomento à pesquisa
HUMANIDADES	182	267	323
Ciências Sociais Aplicadas SOC	215	472	271
CONJUNTO DE ÁREAS	185	658	263

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 09: Participação nos Investimentos do CNPq em Bolsas e Fomento à Pesquisa da Grande Área de Humanidades e da Área de Ciências Sociais Aplicadas, 2000 e 2012

GRANDE ÁREA DE HUMANIDADES E ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	PARTICIPAÇÃO (em %)					
	Bolsas no país		Bolsas no exterior		Fomento à pesquisa	
	2000	2012	2000	2012	2000	2012
HUMANIDADES	21,5	21,2	20,3	9,8	10,3	12,1
Ciências Sociais Aplicadas SOC	6,3	6,9	7,4	5,6	3,8	3,9
CONJUNTO DE ÁREAS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Em termos de fomento à pesquisa, as grandes áreas com menor índice de crescimento para o período entre 2001 e 2012 são as de Engenharias/Computação e a de Ciências Sociais Aplicadas. Assim, embora a rubrica auxílio à pesquisa tenha crescido em média 146% para o conjunto de áreas no período, a expansão da grande área de Ciências Sociais Aplicadas cresceu a um ritmo menor (130%) que essa matriz geral de investimentos em fomento ou, ainda, 3,5 vezes menos se comparada à grande área de Ciências da Saúde. Observa-se, no entanto, que, após uma taxa negativa de crescimento entre 2006-2009, o investimento em fomento na grande área de Sociais Aplicadas entre 2009-2012 cresceu em proporção significativamente superior ao conjunto das áreas: 67% contra -2%. As rubricas de auxílio à pesquisa e de apoio às publicações científicas são as que conhecem crescimento mais significativo – 108% e 53%, respectivamente – em termos de fomento à pesquisa, entre 2001 e 2011, na grande área de Ciências Sociais Aplicadas (quadros 10 e 11).

Quadro 10: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Fomento à Pesquisa nas Grandes Áreas do CNPq, 2001-2012

GRANDES ÁREAS	CRESCIMENTO (em %)				
	2001-03	2003-06	2006-09	2009-12	2001-2012
Ciências Agrárias	34	29	229	-29	306
Ciências da Saúde	26	254	18	7	464
Ciências Biológicas	-7	84	60	21	221
Ciências Exatas e da Terra	-28	91	76	19	189
Ciências Humanas	41	22	21	57	225
Linguística, Letras e Artes	-29	75	23	120	236
Ciências Sociais Aplicadas SOC	-45	154	-1	67	130
Engenharias/Computação	-47	34	63	61	87
Multidisciplinar	948	38	SI	SI	SI
CONJUNTO DE ÁREAS	6	28	84	-2	146

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 11: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Fomento à Pesquisa, por tipo, na Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq, 2001-2011

TIPO / GRANDE ÁREA	CRESCIMENTO (em %)				2001-2011
	2001-03	2003-06	2006-09*	2009-11	
Ciências Sociais Aplicadas SOC	-45	154	11	-8	42
Auxílio Pesquisa	-25	247	7	-26	108
Promoção de Eventos Científicos	-59	81	7	74	39
Apoio a Publicações Científicas	-79	-33	255	203	53
Partic. em Eventos Científicos	-80	197	9	29	-15
Apoio ao Des. Cient. e Tecnol.	-	-	-	-	-
Auxílio Especialista Visitante	-96	-66	6	280	-63
Auxílio Pesquisador Visitante	-100	-	68	10	-14
Auxílio Estágio/Esp. no Exterior	-45	197	-3	-15	38
Auxílio Estágio/Esp. no País	-76	-91	33	163	-92
Apoio a Núcleos de Excelência	-12	-100	-	-	-
Auxílio Projeto Cj de Pesquisa	-37	-100	-	-	-

* parece haver problemas na consolidação dos dados 2009. Dados 2012 não disponíveis

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e 26 abril 2013

O CNPQ E O FINANCIAMENTO À PESQUISA NO COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA E NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL STRICTO SENSU

A grande área de Ciências Sociais Aplicadas, como vimos, ocupa a segunda menor faixa de investimentos entre as grandes áreas no período entre 2000-2012. Dentre seus quatro comitês¹⁸, o Comitê de Ciências Sociais Aplicadas, ou CA-SA, que reúne as áreas de Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Demografia e Turismo, representa em torno de 30% do conjunto de investimentos da grande área, em curva decrescente a partir de 2006 (34,3% em 2006, 32,3% em 2009 e 30,6% em 2012). Com áreas bastante diferentes, maiores ou menores, mais

¹⁸ Ver considerações sobre a estrutura do CNPq na nota 16.

recentes ou mais consolidadas, esse comitê vem apresentando flutuações evidentes em sua evolução. De toda forma, é nítido o crescimento de todas as áreas no período 2000-2012, onde sobressaem as áreas de Turismo, com 878%, e a de Arquitetura e Urbanismo, com 426% de crescimento. Ainda em processo de consolidação, a área de Turismo, apesar desse enorme crescimento, congrega apenas 2% dos recursos do comitê de Ciências Sociais Aplicadas em 2012. Já a área de Arquitetura e Urbanismo, além de vir apresentando tendência de crescimento, também se configura como a única área do comitê a estar integrada ao Programa Ciência sem Fronteiras. Embora com taxas de crescimento menores, também as áreas de Geografia e Planejamento Urbano e Regional apresentaram expansão de investimentos acima da grande área de Ciências Sociais Aplicadas e do ramo de Humanidades, bem como acima da média do conjunto de áreas. Ainda com relação à área de Planejamento Urbano e Regional *stricto sensu* uma indagação se coloca visto que, no período entre 2006 e 2009, existe uma retração de cerca de 15% no conjunto de investimentos ali realizados¹⁹ (quadro 12).

¹⁹ Ele passa de R\$4,9 milhões em 2006 para R\$4,3 milhões em 2009. Em 2012, a área atinge R\$5,4 milhões de investimento, superando o patamar de 2006.

Quadro 12: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Bolsas e Fomento à Pesquisa nas Áreas do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas CA-SA, 2000-2012

ÁREAS DO COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA	CRESCIMENTO (em %)				2001-2012
	2000-03	2003-06	2006-09	2009-12	
Geografia	15	71	36	58	326
Arquitetura e Urbanismo	17	74	18	119	426
Planejamento Urbano e Regional	40	156	-15	27	289
Demografia	12	53	13	41	174
Turismo	666	-51	149	1	878
Comitê de CA-SA	26	83	15	65	336
Grande Área de CS Aplicadas	12	43	18	74	240
HUMANIDADES	25	41	25	38	105
CONJUNTO DE ÁREAS	32	39	45	24	227

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Especificando essa dinâmica de crescimento, verificamos que, pelas razões já comentadas, a área de Turismo apresenta no período um crescimento em bolsas no país e em fomento à pesquisa bastante superior à média do conjunto das áreas, com um aumento de recursos aplicados, respectivamente, de 3,0 e 9,0 vezes maiores que a média. Já Arquitetura e Urbanismo se destaca pelo aumento, no período, de 11.346%, dos recursos aplicados em bolsas no exterior, com 2.067% no período entre 2009 e 2012. A ressaltar que todas as áreas do comitê, à exceção de Turismo, crescem nessa modalidade de apoio. Também a ser observado o fato de que o fomento à pesquisa para a área de Planejamento Urbano e Regional *stricto sensu* vem apresentando decréscimo desde 2006, mesmo se o ritmo de queda tenha sido atenuado entre 2009 e 2012 e mesmo que o aumento do investimento nessa modalidade no período 2001-2012 seja positivo em 283% (quadros 13, 14 e 15).

Quadro 13: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Bolsas no País nas Áreas do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas CA-SA, 2001-2012

ÁREAS DO COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA	CRESCIMENTO (em %)				2001-12
	2001-03	2003-06	2006-09	2009-12	
Geografia	17	62	36	37	254
Arquitetura e Urbanismo	16	75	15	11	161
Planejamento Urbano e Regional	32	89	10	38	247
Demografia	50	44	18	27	224
Turismo	686	-51	89	2	640
Comitê de CA-SA	29	63	21	28	224

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 14: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Bolsas no Exterior nas Áreas do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas CA-SA, 2001-2012

ÁREAS DO COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA	CRESCIMENTO (em %)				2001-12
	2001-03	2003-06	2006-09	2009-12	
Geografia	99	-39	45	91	234
Arquitetura e Urbanismo	224	48	11	2067	11.346
Planejamento Urbano e Regional	196	-91	817	91	343
Demografia	1117	21	-95	675	417
Turismo	-	-	-	-	-
Comitê de CA-SA	131	-36	81	739	1728

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 15: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Fomento à Pesquisa nas Áreas do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas CA-SA, 2001-2012

ÁREAS DO COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA	CRESCIMENTO (em %)				2001-12
	2001-03	2003-06	2006-09	2009-12	
Geografia	7	316	33	172	1511
Arquitetura e Urbanismo	-27	152	39	61	307
Planejamento Urbano e Regional	-21	880	-44	-11	283
Demografia	-43	38	38	101	119
Turismo	-20	825	346	33	4280
Comitê de CA-SA	-23	381	-8	69	476

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

No âmbito do próprio comitê, a variação da participação das diferentes áreas no montante geral de recursos atribuídos fica por conta da diminuição percentual das áreas de Demografia e Planejamento Urbano e da expansão da área de Arquitetura e Urbanismo (quadro 16).

Quadro 16: Crescimento dos Investimentos do CNPq em Fomento à Pesquisa nas Áreas do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas CA-SA, 2000-2012

ÁREAS DO COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA	PARTICIPAÇÃO (em %)				
	2000	2003	2006	2009	2012
Geografia	36	34	31	37	36
Arquitetura e Urbanismo	31	28	27	28	37
Planejamento Urbano e Regional	20	23	32	24	18
Demografia	12	10	9	8	7
Turismo	1	5	1	3	2
Comitê de CA-SA	100	100	100	100	100

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Em termos de bolsas de produtividade em pesquisa, o CA-SA detém 2,1% do total de bolsas de produtividade do CNPq, sendo as áreas de Arquitetura e Urbanismo e Geografia as que concentram o maior percentual, com cerca de 30% cada uma delas. Por outro lado, observa-se ainda uma extrema concentração no Sudeste do país, com 63,5% do total das bolsas do comitê. Embora também bastante concentradas, as áreas de Planejamento Urbano e Turismo são as que apresentam maior representatividade das outras regiões do país. Cerca de um terço das bolsas de produtividade são de nível 1, com proporções que variam bastante entre as áreas: enquanto Planejamento Urbano e Demografia têm quase a metade de suas bolsas nessa categoria, Arquitetura e Urbanismo tem cerca de um quarto e Turismo alcança apenas o percentual de 15% (quadros 17 e 18).

Com um volume de financiamento em bolsas e fomento à pesquisa da ordem de 30 milhões de reais em 2012, esse comitê, com cinco áreas de conhecimento, ocupa ainda uma posição bastante tímida na estrutura de financiamento do CNPq. Por exemplo, o CA-SA recebe apenas terço do montante dos recursos destinados, também em 2012, apenas à área de Agronomia, ou dois quintos dos recursos destinados apenas à área de Química, também em 2012²⁰.

O montante pequeno dos recursos investidos nas áreas do comitê de ciências sociais aplicadas as coloca em posição hierárquica bastante desprivilegiada no ranking dos investimentos do CNPq. Assim, de um total de 80 áreas, as posições das áreas do CA-SA ocupam o terço inferior do conjunto de áreas do CNPq, tanto em 2008 quanto em 2011 (quadro 19).

20 Oito áreas se revezam nos cinco primeiros lugares de recursos investidos pelo CNPq em fomento à pesquisa e bolsas no país e no exterior, em 2011: agronomia, química, física, medicina, medicina veterinária, ciências da computação, engenharia elétrica e zootecnia. Em 2012, a ordem de grandeza dos investimentos foi de R\$94 milhões para a área de Agronomia, contra R\$5,4 milhões para a área de Planejamento Urbano e Regional. No mesmo sentido, enquanto o CA-SA, em sua totalidade, detém 2,1% das bolsas de produtividade vigentes em 2013, Agronomia, sozinha, detém 5,3% do total.

Quadro 17: Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CA-SA, 2013

ÁREA	REGIÃO	Nº ABSOLUTO	%	%
Arquitetura e Urbanismo	CO	3	-	3,2
	NE	18	-	19,2
	N	-	-	-
	SE	57	-	60,6
	S	16	-	17,0
	Subtotal	94	30,1	100,0
Geografia	CO	5	-	5,5
	NE	9	-	9,9
	N	3	-	3,3
	SE	62	-	68,1
	S	12	-	13,2
	Subtotal	91	29,2	100,0
Planejamento Urbano e Regional	CO	3	-	3,8
	NE	15	-	18,8
	N	1	-	1,2
	SE	43	-	53,7
	S	18	-	22,5
	Subtotal	80	25,6	100,0
Demografia	CO	-	-	-
	NE	2	-	6,0
	N	1	-	2,9
	SE	29	-	85,3
	S	2	-	5,8
	Subtotal	34	10,9	100,0
Turismo	CO	1	-	7,7
	NE	2	-	15,4
	N	-	-	-
	SE	7	-	53,8
	S	3	-	23,1
	Subtotal	13	4,2	100,0
TOTAL BOLSAS COMITÊ DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CA-SA		312	100,00	2,1% total bolsas produtividade CNPQ

Fonte: <<http://efomento.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 18: Bolsistas de Produtividade em Pesquisa 1 do CA-SA, 2013

ÁREA	Nº ABSOLUTO	%
Arquitetura e Urbanismo	26	27
Geografia	35	44
Planejamento Urbano e Regional	37	38
Demografia	15	46
Turismo	2	15
TOTAL CA-SA	105	100

Fonte: <<http://efomento.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

Quadro 19: Ranking dos investimentos em bolsas e fomento à pesquisa do CNPq, nas Áreas do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas (SA), por modalidade de apoio, 2008 e 2011

ÁREAS DO COMITÊ DE SA	LUGAR NO RANKING DOS INVESTIMENTOS, 2008			LUGAR NO RANKING DOS INVESTIMENTOS, 2011		
	Fomento à pesquisa	Bolsas no exterior	Bolsas no país	Fomento à pesquisa	Bolsas no exterior	Bolsas no país
Planejamento Urbano e Regional	51	54	63	61	55	62
Geografia	54	53	48	50	54	48
Arquitetura e Urbanismo	57	50	58	64	63	61
Demografia	71	73	69	72	-	69
Turismo	73	69	74	74	70	78

Fonte: <<http://www.cnpq.br/estatisticas/index.htm>>, acesso em 05 out. 2010 e, para 2012, <<http://fomentonacional.cnpq.br>>, acesso em 26 abril 2013

OUTROS ELEMENTOS PARA COMPREENDER O APOIO À ÁREA: MOVIMENTOS, POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS

Aprofundar a compreensão do que vem acontecendo com a grande área de Ciências Sociais Aplicadas e com a área de Planejamento Urbano e Regional se faz importante, tendo em vista a necessidade de se ampliar políticas de financiamento para as áreas de conhecimento intrinsecamente ligadas ao território. Isso se faz ainda mais imperativo quando, num contexto de processos altamente velozes e vorazes de espaço, território e ambiente, as questões colocadas à área são urgentes. Se, por um lado, assistimos efetivamente a uma expansão do financiamento nos últimos 10 anos, é constrangedor, verificar que, nessa conjuntura de emergências, a área de Planejamento Urbano e Regional, se comparada à área de Agronomia, receba somente cerca de 5%

dos recursos destinados àquela área, e que o Comitê de Ciências Sociais Aplicadas como um todo receba, como já mencionado, apenas cerca de 30% do montante alocado à mesma área, ambos em 2012²¹.

Mas também algumas reflexões adicionais são necessárias para qualificar a compreensão da dinâmica da pesquisa da área no quadro do CNPq. Por um lado, importa ressaltar que o sistema de atribuição de recursos no CNPq, no que tange às decisões de seus comitês assessores, tem funcionado em termos de definições percentuais sobre a demanda colocada. Isso é verdade particularmente para os editais de fomento à pesquisa, como o Edital Universal ou o de Humanas. Dito de forma muito simples, nesses casos, os financiamentos efetivamente concedidos seguem um percentual da demanda colocada. Ou seja, quanto maior a demanda, maior será a quantidade de recursos que poderá ser alocada à área, visto que é sobre esse universo que o percentual de financiamento será aplicado.

Uma vez que não existem esses dados sistematizados, se utilizamos como indicador a experiência recente no comitê assessor da área de Planejamento Urbano e Regional do CNPq, ela mostra percentuais ainda pequenos de atendimento à demanda²². Assim, tomando dois editais abertos em 2010, o Universal de Apoio à Pesquisa e o de Bolsas de Produtividade, verificamos que o percentual de recursos disponibilizados pelo CNPq ainda atende insuficientemente à área. No Edital Universal 2010, apenas 17% da demanda inicial foi atendida, percentual que sobe para 34% se considerarmos a demanda qualificada²³. No que se refere às Bolsas de Produtividade, apenas 6,3% da demanda nova pode ser atendida pelas novas bolsas colocadas no sistema, ou 10% da demanda nova qualificada²⁴. Aparentemente, esse patamar de atendimento tem acontecido de forma generalizada em todas as áreas, mas é importante relembrar que sobre universos quantitativos muito distintos. De toda forma, estimular a demanda por solicitações de recursos na área específica do Planejamento Urbano e Regional é fundamental, na medida em que, como vimos, no próprio Comitê de Ciências Sociais Aplicadas, essa área vem perdendo representatividade, passando de 32% dos recursos alocados ao fomento à pesquisa no âmbito do próprio comitê em 2006 a 18% em 2012, uma redução da ordem de 40% (conforme quadro 16). Uma enorme assimetria entre a urgência da questão, por um lado e, de outro, a demanda por recursos e os investimentos dedicados a equacioná-la.

Por outro lado, uma avaliação do financiamento à pesquisa deve também estar articulada à dinâmica dos programas de ensino da área de planejamento urbano e regional. Entender como se processa a sua expansão é uma tarefa que se impõe, por ser condicionante do funcionamento e da elaboração de políticas de financiamento para a área.

Por fim, compreender as outras formas de financiamento atualmente existentes e buscar novas formas de financiamento: a construção do Programa de Ciência e Tecnologia para as Cidades – o CT-Cidades – é imperativa, discussão que vem sendo proposta desde 2005, mas ainda sem resultados concretos. Para isso, será fundamental construir uma agenda de pesquisa, compreender toda a trama de impostos a partir da qual pode ser construída essa nova fonte de financiamento²⁵, bem como desenvolver uma articulação com os Ministérios diretamente afeitos, seja à questão territorial, a exemplo dos Ministérios das Cidades, da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, seja ao ensino e pesquisa, onde convergem Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia. Uma ação articulada entre as várias associações de pesquisa e pós-graduação que congregam áreas temáticas afins poderá constituir a base desse processo de construção, bem como a participação ativa, levantando essa pauta, nas diversas conferências nacionais atinentes ao campo territorial e acadêmico-científico.

21 Disponível em <<http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas>>, acesso em 26 abril 2013.

22 Utilizo aqui, para ilustração, os dados relativos à situação específica da área de Planejamento Urbano e Regional, referentes a dois editais do segundo semestre de 2010.

23 Ou seja, aquela avaliada como meritória pelos pareceristas e comitê assessor. Importante remarcar que a demanda da área de Planejamento Urbano e Regional é altamente qualificada, da ordem de mais de 70% nos editais aqui analisados.

24 Esse percentual sobe para 35% se considerarmos também as renovações, cuja demanda, na grande maioria dos casos, é absolutamente pertinente.

25 A título de exemplo, o CT-Transporte é financiado por “10% da receita arrecadada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER – em contratos firmados com operadoras de telefonia, empresas de comunicações e similares, que utilizem a infra-estrutura de serviços de transporte terrestre da União.” Já o CT-Agro é financiado por “17,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, cuja arrecadação advém da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, royalties, serviços técnicos especializados ou profissionais”. Disponível em <http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais>, acesso em 14 jan. 2011.

Também em termos de perspectivas, a continuidade da ação junto ao comitê gestor do Programa Ciência sem Fronteiras é fundamental, no sentido de defender, uma vez mais, a inclusão da questão espacial, territorial e urbana na definição dos campos estratégicos de construção do conhecimento no Brasil. Atualmente, tudo se passa como se a questão científica e tecnológica acontecesse no éter, de forma completamente a-espacial, com seus desdobramentos relegados a uma esfera quase selvagem de transformação de nossas cidades e regiões. Articular ao território o processo de formação acadêmica e de criação em ciência e tecnologia é um dos grandes desafios colocados ao Brasil hoje: também disso depende o seu pleno desenvolvimento urbano e regional, sustentado por qualidade urbanística, paisagística, tecnológica e ambiental, num caminho revigorado por democracia e justiça social.

A ANPUR pode liderar esse processo.

Ana Fernandes é professora associada da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. E-mail: anaf@ufba.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP; ANPUR, 2003.
- GRINOVER, L. A Criação da ANPUR: Gestão do Conselho Diretor Provisório, 1983-1984. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 1, n. 1, p. 7-8, mai. 1999.
- GUIMARÃES, R.; SERRUYA, S. J.; DIAFÉRIA, A. O Ministério da Saúde e a Pesquisa em Saúde no Brasil. *Gazeta Médica da Bahia*, n. 142, p. 12-21, 2008. Suplemento 1.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Da política à ação institucional: prioridades de pesquisa no Ministério da Saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 40, n. 3, p. 548-552, jun. 2006.
- TRIGO, A. J. *O PRODUR – Programa de administração municipal e desenvolvimento de infraestrutura urbana no estado da Bahia – e o desenvolvimento urbano preconizado pelo Banco Mundial*. 2008. 281 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

SITES

- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 18 maio 2013.
- Financiadora de Estudos e Projetos. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>>. Acesso em: 18 maio 2013.

ABSTRACT *This is a first approach that aims to establish some parameters to understand the situation and the process of research funding on the Urban and Regional Planning Area within Brazil Research Council (CNPq), in the recent period. Initially we analyze the large area of Social Applied Sciences and Education of the CNPq, to build a reference framework to support the funding research analyses in the field of urban and regional planning, in so far as this area embraces most of the knowledge fields with some*

proximity to the planning area, as well as the way CNPq provides its data information. Afterwards, we evaluated specifically the data of the Social Applied Sciences Advisory Committee (CA-SA), which comprises the area of Urban and Regional Planning, Architecture and Urbanism, Geography, Demography and Tourism. To conclude, we make a short appraisal pointing out some lines of action for the future, since linking the territory in the process of academic formation and of creation in science and technology is one of the big challenges to Brazil overcome nowadays.

KEYWORDS *CNPq, Research, Urban and Regional Planning.*